



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2005

Altera o art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para ampliar a competência do Juizado Especial de Cível, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º**

V – as ações de separação, divórcio, investigação de paternidade, guarda de filhos, regulamentação de direito de visitas, alimentos, busca e apreensão de menores.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e à capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Ciente da necessidade de entregar a prestação jurisdicional em tempo razoável, o Poder Público editou a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, com que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, de inquestionável sucesso, por se basear em pilares indispensáveis:

- a) prevalência da oralidade;
- b) entrega da prestação jurisdicional em tempo satisfatório;
- c) gratuidade, exceto se uma das partes recorrer; e
- d) limitação dos recursos.

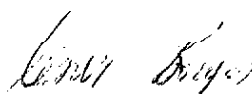
Para resolver as questões de trânsito, os Juizados Especiais, em muitos Estados e no Distrito Federal, fazem-se presentes com a “Justiça Volante”.

Na mesma senda, a 12 de julho de 2001, foi editada a Lei nº 10.259, que estendeu os Juizados Especiais ao âmbito da Justiça Federal. Ali, os Juizados lograram reduzir significativamente o rol de ações federais, que não distinguia a complexidade das causas, e desobstruir a pauta mediante retirada das questões menores, tais como descaminho, colisão de veículos oficiais sem vítima e fraude na emissão de recibos por profissionais liberais.

O Direito de Família, porém, ainda é carecedor de prestação jurisdicional célere. A verdade é que não existe razão para um divórcio direto consensual estender-se por mais de trinta dias, ou que alimentos, demandados ou ofertados, demorem a chegar ao credor por culpa de procedimentos e carimbos.

Estamos convictos, portanto, de que a aprovação da presente proposição será uma importante medida de alcance social, razão pela qual esperamos contar com o apoio dos ilustres pares.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005



Senador **CÉSAR BORGES**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

.....

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II - as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III - a ação de despejo para uso próprio;

IV - as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I - dos seus julgados;

II - dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - decisão terminativa)

Publicado no **Diário do Senado Federal** em 31/08/2005